

BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

COORDENADOR PEDAGÓGICO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





BOITUVA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA - SÃO PAULO

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Nº 02/2026

CÓD: OP-139JH-26
7908403597192

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais e multimodais	9
2. Localização de informações explícitas e inferência de informações implícitas; Identificação do tema, da finalidade, da tese e dos argumentos do texto	9
3. Distinção entre fato e opinião.....	16
4. Reconhecimento de informações principais e secundárias	18
5. Relações entre textos: intertextualidade, comparação de ideias e diferentes abordagens sobre o mesmo tema.....	20
6. Análise de efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais, recursos expressivos, pontuação, sinais gráficos, linguagem figurada, humor e ironia.....	22
7. Coesão e coerência textual	24
8. Relações lógicodiscursivas estabelecidas por conectivos e mecanismos de articulação textual	25
9. Variação linguística e adequação da linguagem à situação comunicativa	28
10. Conhecimentos linguísticos aplicados ao texto: ortografia oficial	30
11. Acentuação gráfica.....	31
12. Pontuação	33
13. Classes de palavras	34
14. Flexão nominal e verbal	41
15. Concordância nominal e verbal	43
16. Regência nominal e verbal.....	45
17. Crase	46
18. Colocação pronominal	47
19. Período simples e período composto; relações de coordenação e subordinação.....	48
20. Reescrita de frases e parágrafos: Equivalência de sentido, Correção gramatical.....	49

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e reais. Frações, números decimais	69
2. Razão e proporção. Proporcionalidade direta e inversa	76
3. Porcentagem	77
4. Regra de três simples e composta	79
5. Média aritmética simples e ponderada	81
6. Sistema monetário.....	81
7. Grandezas e medidas: tempo, comprimento, massa, capacidade, área, perímetro e volume simples. Conversão entre unidades usuais de medida	85
8. Sequências numéricas, regularidades e padrões.....	88
9. Noções de contagem, princípio multiplicativo e probabilidade simples.....	93
10. Noções de lógica: proposições, conectivos, negação, equivalências	98
11. Argumentos, conclusões e análise de validade de raciocínios.....	103
12. Leitura, interpretação e resolução de situações-problema envolvendo tabelas, gráficos, listas e dados quantitativos. Resolução de situações-problema envolvendo operações, proporcionalidade, organização de informações, interpretação de dados, raciocínio lógico e tomada de decisão	108

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática. Componentes básicos de computadores, dispositivos móveis e periféricos.....	115
2. Sistemas operacionais: área de trabalho, arquivos, pastas, menus, atalhos e configurações básicas. Organização e gerenciamento de arquivos e pastas	118
3. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, inserção de imagens, cabeçalhos, rodapés, impressão, exportação em PDF e salvamento de documentos. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, formatação, fórmulas simples, funções básicas, filtros, classificação de dados, gráficos e organização de informações. Apresentações eletrônicas: criação, edição, formatação básica e inserção de recursos visuais.....	121
4. Internet e navegação: sites, mecanismos de busca, downloads, uploads, avaliação da confiabilidade das informações e uso seguro da rede	128
5. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos, organização de mensagens, contatos, pastas e boas práticas de comunicação institucional	132
6. Armazenamento em nuvem, compartilhamento de arquivos, edição colaborativa, formulários digitais, videoconferência e ferramentas digitais aplicadas à rotina administrativa, pedagógica e escolar	133
7. Segurança da informação: senhas, autenticação, cópias de segurança, vírus e outros programas maliciosos, golpes digitais, proteção de dados pessoais, privacidade, uso responsável de recursos tecnológicos e cuidados no tratamento de informações de estudantes, famílias e servidores	136

Legislação Educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Constituição Federal): arts. 6º, 37 e 205 a 214 (direito à educação, princípios da Administração Pública e organização da educação nacional)	143
2. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): arts. 12, 13, 14, 21 a 38, 58 a 60 e 61 a 67 (organização da educação básica, gestão democrática, currículo, avaliação, educação especial e profissionais da educação).....	149
3. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): arts. 4º, 5º, 53 a 59, 56 e 70 (direito à educação, proteção integral e deveres da escola na garantia de direitos).....	153
4. Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.....	155
5. Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008: altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”	156
6. Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026 — Plano Nacional de Educação — PNE: diretrizes, objetivos, metas, estratégias, governança, monitoramento, avaliação, financiamento, regime de colaboração e articulação com os planos estaduais e municipais de educação.....	156
7. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): documento normativo que define as aprendizagens essenciais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental: princípios, fundamentos e orientações para a organização curricular e pedagógica	161
8. Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): direito à educação inclusiva e garantia de acessibilidade	162
9. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: direitos da pessoa com TEA e diretrizes para inclusão educacional	180

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções de educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem; Currículo e práticas pedagógicas na educação básica	185
2. Função social da escola pública	189
3. Organização do trabalho pedagógico	191
4. Projeto político-pedagógico: elaboração, execução, acompanhamento e avaliação.....	196
5. Planejamento educacional e planejamento de ensino	198
6. Avaliação da aprendizagem concepções, instrumentos, registros, acompanhamento e uso pedagógico dos resultados ..	201
7. Avaliação institucional e melhoria da qualidade do ensino.....	204
8. Didática e metodologias de ensino.....	206
9. Interdisciplinaridade, contextualização e articulação entre áreas do conhecimento.....	215
10. Desenvolvimento humano, aprendizagem e diversidade.....	218
11. Educação inclusiva, acessibilidade, adaptações pedagógicas e atendimento às necessidades educacionais dos estudantes	221
12. Relação entre escola, família e comunidade.....	227
13. Gestão da sala de aula e acompanhamento da prática docente	228
14. Formação continuada de professores.....	232
15. Horários de trabalho pedagógico coletivo	237
16. Registros pedagógicos, relatórios e documentação do processo de ensino e aprendizagem	240
17. Clima escolar, convivência, mediação de conflitos e promoção de ambiente educativo democrático, inclusivo e seguro .	243

Conhecimentos Específicos Coordenador Pedagógico

1. Gestão pedagógica na rede pública de ensino	249
2. Organização, coordenação, execução e avaliação da proposta pedagógica da unidade escolar.....	252
3. Plano Escolar e sua articulação com o projeto político-pedagógico, o Conselho de Escola e as diretrizes da educação municipal e nacional.....	255
4. Orientação, acompanhamento e avaliação da prática docente.....	257
5. Coordenação de reuniões pedagógicas, horários de trabalho coletivo e processos de formação permanente dos educadores	259
6. Acompanhamento do processo contínuo de avaliação nas atividades e componentes curriculares	261
7. Diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, orientação pedagógica aos professores e encaminhamentos adequados	264
8. Articulação de projetos pedagógicos, interdisciplinaridade e continuidade do processo de construção do conhecimento.....	266
9. Integração do corpo docente, equipe diretora, pessoal administrativo e operacional, estudantes, famílias e comunidade.....	269
10. Registros do processo pedagógico e acompanhamento das ações desenvolvidas em sala de aula e em atividades coletivas.....	271
11. Planejamento, acompanhamento e avaliação de ações voltadas à melhoria da aprendizagem e do desempenho escolar.....	273
12. Educação inclusiva, estratégias de intervenção pedagógica e acompanhamento dos resultados educacionais.....	276

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS E MULTIMODAIS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

LOCALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E INFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA, DA FINALIDADE, DA TESE E DOS ARGUMENTOS DO TEXTO

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: *O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.*

Análise: *A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.*

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Se eu fosse você, não sairia agora.*

Análise: *O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.*

AMOSTRA

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação
- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

Diferença Entre Implícito e Subentendido:

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Este restaurante nunca tem fila.*

Análise: *Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.*

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: *Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)*

Análise: *Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.*

Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambiguidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

▶ Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais**Em uma notícia:**

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

Em uma propaganda:

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

Em uma charge:

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

POSTO E PRESSUPOSTO

Na interpretação de textos, é fundamental compreender não apenas o que está explícito, mas também o que é sugerido de maneira indireta.

Nesse contexto, os conceitos de posto e pressuposto ajudam a distinguir informações que estão claramente expressas daquelas que são inferidas a partir da estrutura linguística do enunciado.

▶ O Que É Posto?

O termo posto refere-se ao que está explicitamente dito no texto, ou seja, à informação que foi diretamente enunciada pelo emissor. O posto não exige inferências adicionais para ser compreendido, pois está claro na estrutura do discurso.

Exemplo de posto:

Frase: *O Brasil é um país da América do Sul.*

Análise: *A frase apresenta uma afirmação objetiva, que pode ser verificada e compreendida sem necessidade de interpretação adicional.*

O posto corresponde ao conteúdo visível e acessível do texto, sendo a base para a comunicação eficaz.

▶ O Que É Pressuposto?

O pressuposto é uma informação subentendida no discurso, ou seja, algo que não é declarado de forma direta, mas que precisa ser verdadeiro para que a afirmação faça sentido. Os pressupostos são ativados por certos elementos linguísticos, como verbos, advérbios, pronomes e estruturas sintáticas específicas.

Exemplo de pressuposto:

Frase: *João parou de fumar.*

Análise: *O enunciado traz a ideia de que João fumava anteriormente. Embora isso não tenha sido explicitamente afirmado, a estrutura do verbo “parar” pressupõe uma ação anterior.*

Os pressupostos diferem das informações inferidas subjetivamente, pois são ativados por elementos específicos da língua.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

► Operações com Números Naturais

▪ **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo: $3 + 4 = 7$ (e 7 também é natural)

▪ **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em \mathbb{N} , pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$ pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

▪ **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em \mathbb{N} , ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo: $4 \times 3 = 12$



AMOSTRA

▪ **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em N.

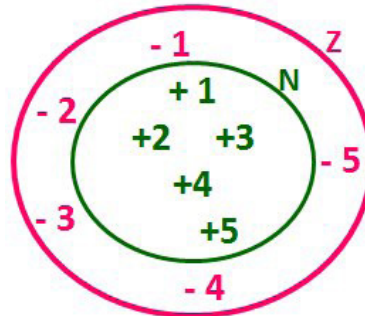
Exemplos:

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$ pertence aos naturais

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



N \subset Z (N está contido em Z)

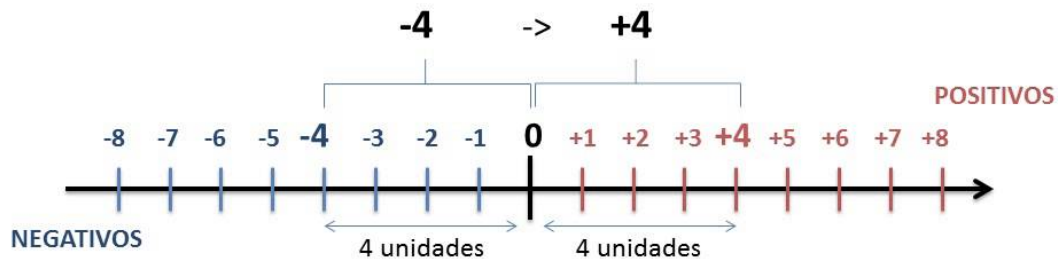
► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

▪ **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

▪ **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA. COMPONENTES BÁSICOS DE COMPUTADORES, DISPOSITIVOS MÓVEIS E PERIFÉRICOS

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

► Fundamentos de Informática

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

- **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

► Tipos de computadores

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

- **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

- **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

AMOSTRA

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicas, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

► **Hardware e software**

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► **Conceito de hardware**

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

► **Principais grupos de hardware**

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL): ARTS. 6º, 37 E 205 A 214 (DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS**

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021) (Vide Lei nº 14.601, de 2023)

**CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

AMOSTRA

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 138, de 2025)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento) (Vigência)

I - o prazo de duração do contrato; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - a remuneração do pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM; CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO, ESCOLA, CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

► Educação como prática social e formação humana

A educação constitui uma prática social de formação humana, histórica e culturalmente situada. Ela não se reduz à transmissão de informações, pois envolve processos de apropriação, produção e reconstrução de conhecimentos, valores, linguagens, formas de convivência e modos de participação na vida coletiva. Como prática social, a educação ocorre em diferentes espaços, mas adquire configuração específica na escola, onde se organiza de maneira intencional, sistemática e institucionalizada. Essa intencionalidade diferencia a ação educativa escolar de experiências espontâneas de socialização, porque articula finalidades formativas, seleção de saberes, organização curricular, mediação docente, acompanhamento da aprendizagem e responsabilidade pública sobre o direito ao conhecimento.

A concepção de educação adotada por uma instituição orienta sua maneira de compreender o estudante, o professor, o conhecimento e as relações pedagógicas. Uma concepção meramente transmissiva tende a tratar o conhecimento como conteúdo pronto, externo ao sujeito, cabendo ao estudante receber, reproduzir e demonstrar domínio formal. Uma concepção formativa, crítica e democrática entende o conhecimento como patrimônio cultural e instrumento de leitura, interpretação e intervenção na realidade. Nessa perspectiva, aprender significa estabelecer relações, formular explicações, problematizar situações, construir significados e participar de práticas sociais nas quais o conhecimento ganha função intelectual, ética, cultural e política.

A educação escolar também está vinculada à formação integral. A formação integral não significa acúmulo indiscriminado de conteúdos, mas desenvolvimento articulado de dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais, corporais, estéticas e éticas. O estudante é compreendido como sujeito histórico, portador de experiências, linguagens, pertencimentos e modos de compreender o mundo. A escola não abandona o conhecimento sistematizado para privilegiar apenas vivências imediatas; ao contrário, parte das experiências dos sujeitos para ampliar repertórios, introduzir formas elaboradas de pensamento e possibilitar acesso a saberes que não se constituem de modo espontâneo.

► Escola como instituição pública de conhecimento, convivência e inclusão

A escola é uma instituição social responsável pela organização intencional do ensino e pela garantia de acesso aos conhecimentos considerados relevantes para a formação das novas gerações. Sua função não se limita à guarda de crianças e jovens, à preparação para etapas posteriores ou à adaptação passiva a demandas sociais. A escola produz condições para que os sujeitos se apropriem de linguagens, conceitos, métodos de investigação, formas de expressão, critérios de argumentação e modos de convivência democrática. A dimensão pública da escola exige compromisso com equidade, inclusão, participação e qualidade social da educação.

A escola também é espaço de encontro entre sujeitos diversos. Diferenças de origem social, cultura, raça, gênero, território, religião, deficiência, ritmos de aprendizagem e trajetórias familiares atravessam o cotidiano escolar. Uma concepção democrática de escola não transforma tais diferenças em justificativas para exclusão, baixa expectativa ou empobrecimento curricular. As diferenças devem orientar a construção de condições pedagógicas de acesso, participação e aprendizagem. Isso implica organização de tempos, espaços, recursos, metodologias, registros, agrupamentos e formas de acompanhamento capazes de reconhecer singularidades sem reduzir o direito comum ao conhecimento.

Algumas dimensões estruturam a função social da escola e dão concretude à sua responsabilidade formativa:

- Garantia de acesso ao conhecimento sistematizado, com valorização dos saberes culturais dos estudantes e ampliação de repertórios intelectuais.
- Organização de relações de convivência baseadas em respeito, participação, diálogo, corresponsabilidade e enfrentamento de práticas discriminatórias.
- Construção de práticas pedagógicas que articulem ensino, aprendizagem, avaliação, currículo e gestão institucional.
- Promoção de condições de permanência, participação e aprendizagem para todos os estudantes, com atenção às desigualdades que interferem na trajetória escolar.

Essas dimensões indicam que a escola não atua apenas no plano administrativo ou instrucional. Sua identidade pedagógica depende da coerência entre projeto educativo, currículo, planejamento, práticas de ensino, avaliação e relações institucionais. Quando esses elementos permanecem fragmentados, a escola tende a produzir ações isoladas, pouco efetivas e incapazes de sustentar processos de aprendizagem consistentes.

AMOSTRA

► Currículo como construção cultural, política e pedagógica

O currículo é o conjunto organizado de conhecimentos, experiências, práticas, relações, tempos, espaços, critérios e formas de avaliação que compõem a formação escolar. Ele não se restringe a uma lista de conteúdos ou a uma sequência de unidades didáticas. O currículo expressa escolhas culturais e pedagógicas, pois define quais saberes serão trabalhados, com que finalidades, por meio de quais abordagens e em diálogo com quais sujeitos e contextos. Essas escolhas nunca são neutras: revelam concepções de sociedade, infância, juventude, conhecimento, aprendizagem e justiça educacional.

Uma compreensão ampla de currículo permite reconhecer diferentes níveis de sua manifestação. O currículo prescrito aparece em documentos orientadores, propostas institucionais e matrizes de referência. O currículo planejado se materializa nas decisões de professores e equipes pedagógicas sobre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação. O currículo em ação ocorre nas interações concretas da sala de aula, nos projetos, nas atividades, nas perguntas dos estudantes e nas mediações docentes. O currículo oculto manifesta-se nas normas implícitas, expectativas, silenciamentos, formas de tratamento, distribuição de oportunidades e valores vividos no cotidiano escolar.

Currículo, conhecimento e poder

Ao selecionar determinados conhecimentos, o currículo também organiza visibilidades e ausências. Determinados grupos sociais, tradições culturais, narrativas históricas e formas de expressão podem ser valorizados ou marginalizados. Por isso, uma prática curricular democrática precisa interrogar a origem dos conhecimentos, os critérios de seleção, os modos de abordagem e os efeitos das escolhas realizadas. A valorização da diversidade não significa fragmentar o currículo em experiências dispersas, mas ampliar a qualidade cultural da formação, integrando conhecimentos científicos, artísticos, tecnológicos, históricos, filosóficos e saberes produzidos em diferentes contextos sociais.

A organização curricular precisa equilibrar continuidade e contextualização. A continuidade assegura progressão conceitual, aprofundamento e articulação entre etapas, áreas e componentes. A contextualização permite que os conteúdos ganhem sentido em relação a problemas, linguagens, práticas sociais e realidades vividas. Sem continuidade, o currículo se torna episódico; sem contextualização, transforma-se em exposição abstrata e descolada da experiência dos estudantes. A consistência curricular depende da relação entre ambos os princípios.

CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NAS PRÁTICAS ESCOLARES

► Ensino como mediação intencional do conhecimento

O ensino é uma ação intencional de mediação entre os estudantes e os conhecimentos culturalmente produzidos. Essa mediação não equivale a simples exposição verbal nem à aplicação mecânica de atividades. Ensinar envolve diagnosticar conhecimentos prévios, organizar situações didáticas, propor problemas, selecionar recursos, orientar procedimentos, explicitar conceitos, acompanhar percursos, intervir nas dificuldades e criar condições para que os estudantes avancem em seus modos

de pensar. O professor ocupa papel intelectual e pedagógico central, pois transforma objetivos formativos em experiências de aprendizagem organizadas.

A mediação docente exige clareza sobre o objeto de conhecimento. Não basta escolher uma atividade interessante; é necessário compreender quais conceitos, procedimentos, atitudes, linguagens ou formas de raciocínio estão em jogo. Atividades podem ser visualmente atraentes e, ao mesmo tempo, pouco relevantes do ponto de vista cognitivo. A qualidade do ensino depende da relação entre finalidade, conteúdo, desafio, intervenção e avaliação. Uma situação didática potente mobiliza o estudante, mas também preserva rigor conceitual, progressão e possibilidade de elaboração.

O ensino também requer planejamento flexível. Flexibilidade não significa improvisação permanente, mas capacidade de ajustar percursos sem perder as finalidades pedagógicas. A observação das respostas dos estudantes, dos erros, das dúvidas e das estratégias utilizadas fornece elementos para reorganizar explicações, propor novas atividades, formar agrupamentos, retomar conceitos ou ampliar desafios. O planejamento do ensino torna-se, assim, uma hipótese de trabalho continuamente confrontada com a realidade da aprendizagem.

► Aprendizagem como construção ativa e social de significados

A aprendizagem escolar envolve apropriação ativa de conhecimentos. O estudante não é recipiente vazio nem simples executor de comandos. Ele interpreta, relaciona, compara, formula hipóteses, mobiliza experiências anteriores, enfrenta conflitos cognitivos e reorganiza esquemas de pensamento. Essa atividade, porém, não ocorre de modo isolado ou puramente espontâneo. A aprendizagem é socialmente mediada por linguagens, interações, instrumentos culturais, intervenções docentes e participação em práticas compartilhadas.

Aprender implica atribuir sentido e construir significado. O sentido relaciona o conteúdo à experiência, à finalidade percebida e ao envolvimento do sujeito. O significado refere-se à compreensão conceitual socialmente validada, que permite utilizar o conhecimento em diferentes situações. Uma aprendizagem pode ter sentido imediato, mas permanecer frágil conceitualmente; também pode apresentar definição formal correta, mas sem uso efetivo em situações concretas. A prática pedagógica precisa articular essas dimensões, garantindo envolvimento e rigor.

Erro, conflito cognitivo e reorganização do pensamento

O erro possui valor pedagógico quando analisado como expressão de um modo de pensar. Ele não deve ser tratado apenas como falta, falha moral ou ausência de estudo. Muitos erros revelam hipóteses coerentes dentro de uma lógica ainda incompleta. A intervenção pedagógica qualificada identifica a natureza do erro, distingue dificuldade conceitual de dificuldade linguística ou procedimental e propõe ações que permitam ao estudante revisar suas estratégias. O tratamento pedagógico do erro fortalece a aprendizagem porque desloca o foco da punição para a compreensão dos processos.

A aprendizagem também se aprofunda quando o estudante é desafiado a explicar, justificar, comparar e revisar respostas. Questões abertas, problemas contextualizados, debates,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GESTÃO PEDAGÓGICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

O SENTIDO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica é uma das dimensões centrais do funcionamento da escola pública, pois está diretamente relacionada à organização do ensino, à aprendizagem dos estudantes e à qualidade do trabalho educativo desenvolvido no cotidiano escolar. Quando se fala em gestão pedagógica, não se trata apenas de organizar documentos, acompanhar calendários ou verificar se os conteúdos estão sendo cumpridos. Trata-se de coordenar, orientar, acompanhar e avaliar todo o processo educativo, garantindo que a escola cumpra sua função social: promover o acesso ao conhecimento, desenvolver competências, formar cidadãos críticos e contribuir para a redução das desigualdades.

Na rede pública de ensino, a gestão pedagógica assume uma importância ainda maior, porque a escola pública atende a uma população diversa, marcada por diferentes realidades sociais, culturais, econômicas e familiares. Essa diversidade exige uma atuação planejada, sensível e comprometida com a equidade. Não basta oferecer o mesmo ensino para todos; é necessário considerar as necessidades concretas dos estudantes, identificar dificuldades, propor intervenções e criar condições para que todos possam aprender.

A gestão pedagógica envolve a articulação entre currículo, planejamento, avaliação, formação docente, acompanhamento da aprendizagem e participação da comunidade escolar. Ela não acontece de forma isolada, nem depende apenas de uma pessoa. Embora o coordenador pedagógico tenha papel fundamental nesse processo, a gestão pedagógica precisa ser assumida coletivamente pela equipe escolar. Direção, professores, funcionários, estudantes e famílias participam, cada um a seu modo, da construção de uma escola mais organizada, democrática e comprometida com os resultados educacionais.

É importante diferenciar a gestão pedagógica da gestão administrativa. A gestão administrativa cuida de aspectos como recursos materiais, documentação, infraestrutura, horários, alimentação, transporte e organização burocrática. Esses elementos são essenciais para o funcionamento da escola, mas não garantem, sozinhos, a aprendizagem. A gestão pedagógica, por sua vez, volta-se diretamente para o processo de ensino e aprendizagem. Ela pergunta: o que os estudantes precisam aprender? Como os professores estão ensinando? Quais dificuldades aparecem? Que estratégias podem ser utilizadas? Como avaliar melhor? Que ações devem ser feitas para que nenhum estudante fique para trás?

► O papel do coordenador pedagógico na gestão escolar

O coordenador pedagógico é um dos principais responsáveis pela organização da gestão pedagógica na escola. Sua função não deve ser confundida com a de fiscalizador do trabalho docente, nem reduzida à resolução de problemas emergenciais. O coordenador atua como mediador, formador, articulador e orientador das práticas educativas. Sua presença é fundamental para transformar o planejamento escolar em ação concreta e para garantir que as decisões pedagógicas sejam tomadas com base nas necessidades reais dos estudantes.

A liderança exercida pelo coordenador pedagógico é uma liderança formativa. Isso significa que ele não lidera apenas por autoridade formal, mas pela capacidade de escutar, dialogar, orientar, propor caminhos e construir soluções coletivas. Seu trabalho exige conhecimento pedagógico, sensibilidade humana, capacidade de análise e postura ética. Ele precisa compreender o currículo, acompanhar os resultados de aprendizagem, apoiar os professores em suas dificuldades e promover espaços de reflexão sobre a prática.

Uma das tarefas mais importantes do coordenador é acompanhar o trabalho docente. Esse acompanhamento não deve ser visto como controle, mas como apoio profissional. O professor, muitas vezes, enfrenta turmas heterogêneas, dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, falta de recursos e cobranças diversas. Nesse contexto, o coordenador pode ajudar na escolha de estratégias didáticas, na análise de avaliações, na reorganização do planejamento e na elaboração de intervenções pedagógicas.

Além disso, o coordenador pedagógico atua como ponte entre os diferentes sujeitos da escola. Ele dialoga com a direção sobre prioridades pedagógicas, acompanha os professores em suas práticas, observa as necessidades dos estudantes e, quando necessário, aproxima as famílias do processo educativo. Essa mediação é essencial porque a aprendizagem não depende apenas da sala de aula, mas de um conjunto de relações que envolvem escola, família e comunidade.

Outro aspecto importante é a construção de uma cultura de colaboração. Em muitas escolas, os professores trabalham de forma isolada, cada um cuidando de sua turma ou disciplina. A gestão pedagógica busca superar esse isolamento, incentivando o planejamento coletivo, a troca de experiências e a construção de estratégias comuns. O coordenador pedagógico tem papel decisivo nesse processo, pois organiza reuniões, conduz estudos, propõe pautas formativas e estimula a análise conjunta dos desafios escolares.

Assim, o coordenador pedagógico é um profissional estratégico para a qualidade da educação pública. Seu trabalho contribui para que a escola não funcione apenas pela rotina, mas por objetivos pedagógicos claros. Quando sua atuação é bem estruturada, ele ajuda a transformar dados em decisões, problemas em planos de ação e dificuldades em oportunidades de aprendizagem.

AMOSTRA

► Planejamento e organização do trabalho pedagógico

O planejamento é uma das bases da gestão pedagógica. Sem planejamento, a escola corre o risco de agir apenas por improviso, respondendo aos problemas conforme eles aparecem, sem uma direção clara. Planejar significa antecipar ações, definir objetivos, organizar recursos, estabelecer prioridades e prever formas de acompanhamento. Na rede pública de ensino, o planejamento é ainda mais necessário porque a escola precisa atender a muitos estudantes, com diferentes necessidades, garantindo o direito à aprendizagem de todos.

O Projeto Político-Pedagógico, conhecido como PPP, é o principal documento orientador da escola. Ele expressa a identidade da instituição, seus princípios, seus objetivos, sua concepção de educação e suas formas de organização. O PPP não deve ser um documento apenas formal, guardado em arquivos ou elaborado para cumprir exigências administrativas. Ele precisa orientar a prática cotidiana da escola, servindo como referência para decisões pedagógicas, projetos, avaliações e intervenções.

A gestão pedagógica deve garantir que o PPP seja construído e revisado de forma coletiva. Isso significa envolver professores, equipe gestora, estudantes, famílias e demais representantes da comunidade escolar. Quanto mais participativo for esse processo, maior será o compromisso dos envolvidos com as metas e ações definidas. O PPP deve responder a perguntas fundamentais: que escola queremos construir? Que estudante queremos formar? Quais são nossos principais desafios? Que ações são necessárias para melhorar a aprendizagem?

Além do PPP, o planejamento pedagógico envolve a organização do currículo. O currículo não é apenas uma lista de conteúdos. Ele representa o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, práticas e experiências que a escola oferece aos estudantes. A gestão pedagógica precisa assegurar que o currículo seja trabalhado de maneira articulada, progressiva e significativa. Isso exige diálogo entre professores, análise das necessidades das turmas e atenção às orientações oficiais da rede de ensino.

O plano de ensino também ocupa lugar importante nesse processo. Ele traduz o currículo em ações concretas: objetivos de aprendizagem, conteúdos, metodologias, recursos, formas de avaliação e estratégias de recuperação. O coordenador pedagógico deve acompanhar esses planos, ajudando os professores a torná-los coerentes com a realidade dos estudantes. Um bom plano de ensino não é rígido; ele pode e deve ser ajustado conforme o desenvolvimento da turma.

Outro ponto essencial é o planejamento coletivo. A escola precisa criar momentos para que os professores discutam práticas, analisem dificuldades e planejem ações conjuntas. Esses espaços não devem ser ocupados apenas por informes administrativos. Devem ser momentos de estudo, reflexão e construção pedagógica. Quando o planejamento coletivo é bem conduzido, a escola desenvolve maior unidade de ação, evita repetição desnecessária de conteúdos, identifica lacunas de aprendizagem e organiza intervenções mais eficazes.

► Acompanhamento da aprendizagem e avaliação educacional

A avaliação é uma das ferramentas mais importantes da gestão pedagógica. Quando bem utilizada, ela permite compreender o que os estudantes aprenderam, quais dificuldades ainda

apresentam e que ações precisam ser realizadas para melhorar o processo educativo. Avaliar não significa apenas atribuir notas ou classificar estudantes. A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo de investigação, acompanhamento e tomada de decisão.

Na escola pública, a avaliação precisa estar a serviço da aprendizagem. Isso significa que seus resultados devem orientar o trabalho pedagógico. Quando uma turma apresenta dificuldades em leitura, escrita, resolução de problemas ou compreensão de conceitos, a escola não pode apenas registrar o baixo desempenho. É necessário investigar as causas, reorganizar o ensino e propor intervenções. A gestão pedagógica tem a responsabilidade de transformar os dados avaliativos em ações concretas.

A avaliação diagnóstica é realizada para identificar conhecimentos prévios, lacunas e necessidades dos estudantes. Ela é especialmente importante no início de períodos letivos, de unidades de estudo ou após mudanças significativas na rotina escolar. Com ela, o professor e o coordenador pedagógico conseguem compreender o ponto de partida da turma. Esse diagnóstico evita que o ensino avance de forma desconectada da realidade dos estudantes.

A avaliação formativa ocorre durante o processo de aprendizagem. Ela permite acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo do percurso, oferecendo informações para ajustes imediatos. Pode ocorrer por meio de observações, atividades, produções escritas, debates, exercícios, registros e devolutivas. Sua principal característica é permitir correção de rota. Se o estudante ainda não compreendeu determinado conteúdo, o professor pode retomar, propor outra abordagem, formar grupos de apoio ou utilizar novos recursos.

A avaliação somativa, por sua vez, costuma ocorrer ao final de um período, unidade ou etapa. Ela sintetiza resultados e pode contribuir para verificar o nível de aprendizagem alcançado. No entanto, a gestão pedagógica deve evitar que esse tipo de avaliação seja usado apenas para aprovar ou reprovar. Seus resultados também precisam alimentar o planejamento pedagógico.

Outro elemento relevante é o uso de indicadores educacionais. Taxas de frequência, abandono, rendimento, participação, desempenho em avaliações internas e externas e registros de acompanhamento são informações que ajudam a escola a compreender sua realidade. Mas os dados, sozinhos, não resolvem problemas. É necessário interpretá-los pedagogicamente. Por exemplo, uma queda no desempenho de determinada turma pode estar relacionada a dificuldades conceituais, ausência de professores, baixa frequência, problemas familiares ou metodologias pouco adequadas.

A gestão pedagógica também deve organizar estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens. Essas ações não devem ser vistas como medidas isoladas ou improvisadas. É necessário planejar atividades específicas, acompanhar sua execução e avaliar seus efeitos. A recuperação precisa ocorrer de forma contínua, ao longo do processo, e não apenas ao final do período letivo.

Avaliar bem é uma forma de cuidar da aprendizagem. Quando a avaliação é usada com responsabilidade, ela deixa de ser instrumento de punição e passa a ser instrumento de inclusão. A escola passa a enxergar melhor seus estudantes, reconhecer seus avanços e enfrentar suas dificuldades com planejamento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

